

ATA N.º 2

Ata da reunião do Júri destinada à apreciação das candidaturas, verificação dos requisitos de admissão e convocação para a Entrevista Pública do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau – Gabinete de Fundos Comunitários e Empreendedorismo, do Município da Guarda.

Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, pelas dez horas, reuniu o Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau – Gabinete de Fundos Comunitários e Empreendedorismo, designado nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, e do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicável à Administração Local pela referida Lei n.º 49/2012, constituído por José Manuel Teixeira Tavares, Chefe de Divisão Financeira e Contratação da Câmara Municipal de Celorico da Beira, na qualidade de Presidente do Júri, Maria Fernanda Geraldês Antunes, Chefe de Divisão de Administração e Recursos Humanos da Câmara Municipal do Fundão e Patricia Isabel de Matos Pinto, Chefe de Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Covilhã, na qualidade de Vogais.

Aberta a reunião, o Presidente declarou que a mesma tinha por objeto proceder à apreciação das candidaturas apresentadas ao procedimento concursal, verificar o preenchimento dos respetivos requisitos de admissão, deliberar sobre a admissão ou exclusão dos candidatos, e deliberar sobre a respetiva convocação para a **Entrevista Pública**.

O Júri verificou que o presente procedimento concursal foi aberto na sequência da Proposta PCM n.º 69/2026, aprovada pela Câmara Municipal em 13/04/2026 e pela Assembleia Municipal da Guarda em 29/04/2026, tendo o respetivo aviso de



abertura sido publicitado nos termos legalmente previstos, em conformidade com o disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicável à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Guarda e demais legislação aplicável.

Verificou ainda o Júri que, na reunião anterior, titulada pela Ata n.º 1, foram previamente definidos os métodos de seleção, os respetivos parâmetros de avaliação, critérios de apreciação, ponderações, grelha classificativa e sistema de valoração final, os quais se mantêm integralmente aplicáveis ao presente procedimento, não tendo sido introduzida qualquer alteração aos mesmos.

De seguida, o Júri procedeu à análise das candidaturas apresentadas dentro do prazo fixado no aviso de abertura, verificando, relativamente a cada candidato, a tempestividade da candidatura, a regularidade da respetiva instrução e a apresentação dos documentos exigidos pelo aviso de abertura.

Procedeu igualmente à verificação do preenchimento dos requisitos legais e regulamentares de admissão, designadamente da existência de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da titularidade das habilitações académicas exigidas, da experiência profissional legalmente exigível e dos demais requisitos previstos na lei e no aviso de abertura.

Na apreciação das candidaturas, o Júri observou exclusivamente os elementos constantes dos respetivos processos de candidatura, assegurando a aplicação uniforme dos critérios previamente definidos e a observância dos princípios da legalidade, da igualdade, da imparcialidade, da proporcionalidade, da boa-fé, da transparência e da prossecução do interesse público.

Concluída a verificação dos requisitos de admissão, o Júri deliberou, por unanimidade, admitir os candidatos identificados no **Anexo I – Lista de**



Candidatos Admitidos, por reunirem os requisitos de admissão legalmente exigidos e os previstos no aviso de abertura.

Deliberou ainda excluir os candidatos identificados no **Anexo II – Lista de Candidatos Excluídos**, pelos fundamentos individualmente aí indicados.

Deliberação do Júri

O Júri deliberou, por unanimidade, aprovar a lista dos candidatos admitidos e excluídos, por resultarem da aplicação uniforme dos critérios previamente definidos na Ata n.º 1 aos elementos constantes dos respetivos processos de candidatura.

Convocação para a Entrevista Pública

Concluída a verificação das candidaturas, o Júri deliberou convocar os candidatos admitidos para a realização da Entrevista Pública, a realizar em data, hora e local a indicar nas respetivas convocatórias individuais.

As convocatórias deverão indicar expressamente a data, hora e local da realização da Entrevista Pública, bem como a necessidade de os candidatos se fazerem acompanhar de documento de identificação válido.

O Júri deliberou que as convocatórias sejam remetidas pelos meios legalmente admissíveis e em conformidade com o disposto no aviso de abertura do procedimento.

Registo documental

O Júri deliberou que todas as deliberações tomadas na presente reunião, bem como os documentos que lhes serviram de fundamento, fiquem integrados no processo administrativo do procedimento concursal.

Fazem parte integrante da presente ata os seguintes anexos:

Anexo I – Lista de candidatos admitidos;

Anexo II – Lista de candidatos excluídos.

Deliberação Final

Após a apreciação das candidaturas, o Júri deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar a lista dos candidatos admitidos ao procedimento concursal;
- b) Aprovar, a lista dos candidatos excluídos, com os respetivos fundamentos;
- c) Convocar os candidatos admitidos para a realização da Entrevista Pública, nos termos definidos na presente ata e no respetivo aviso de abertura.

Tramitação subsequente

O Júri deliberou que, concluída a realização da Entrevista Pública, procederá à respetiva apreciação e avaliação, sendo posteriormente elaborada nova ata contendo a fundamentação das classificações atribuídas, a determinação da valoração final dos candidatos e a proposta de designação do candidato selecionado, nos termos do disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicável à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Nos termos do n.º 13 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, o presente procedimento concursal reveste natureza urgente e de interesse público, não havendo lugar a audiência de interessados.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente do Júri deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada por todos os membros do Júri.



Paços do Concelho da Guarda, 29 de julho de 2026.

O Júri,

**O Presidente,
José Manuel Teixeira Tavares**

**O 1.º Vogal,
Maria Fernanda Geraldês Antunes**

**O 2.º Vogal,
Patrícia Isabel de Matos Pinto**

ANEXO I

Lista de Candidatos Admitidos

N.º	Nome dos candidatos	Deliberação
1	Carla Maria Correia Mascarenhas	Admitida
2	Maria Manuela da Costa Oliveira Gaspar	Admitida

O Júri deliberou admitir os candidatos acima identificados, por reunir os requisitos de admissão legalmente exigidos e os previstos no aviso de abertura.

ANEXO II

Lista de Candidatos Excluídos

N.º	Nome do candidato	Fundamento da exclusão
1	Ana Cristina Pinto Tavares	A Candidata possui contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo. Em conformidade com o n.º 1, do Artigo 20.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.
2	Miguel Pires Fernandes	O Candidato possui apenas 3 anos e 4 meses em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Em conformidade com o n.º 1, do Artigo 20.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.
3	Pedro Nuno Correia Elias	O Candidato possui apenas 1 ano e 4 meses em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Em conformidade com o n.º 1, do Artigo 20.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

O Júri deliberou excluir os candidatos acima identificados pelos fundamentos individualmente indicados.